



EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL: LIMITES DO EXTENSIONISMO

EDUCATION AND RURAL DEVELOPMENT: LIMITS OF EXTENSIONISM

Giovanni Campos Fonseca¹

RESUMO

Estudos realizados em diversos países revelam o relativo fracasso das iniciativas de desenvolvimento rural empreendidas principalmente a partir de meados dos anos de 1970. Nesse contexto, ações junto à agricultura familiar foram atribuídas à extensão rural com o intuito de promover o desenvolvimento no campo por meio de um processo educativo junto aos agricultores. Está fartamente documentada na literatura científica a ocorrência de descompassos entre a atuação das organizações extensionistas e as reais necessidades da agricultura de pequena escala em diferentes regiões do mundo. O objetivo deste texto é discutir os principais motivos pelos quais a extensão rural tem sido ineficaz ou até mesmo tem produzido resultados contrários aos desejados em intervenções junto à agricultura familiar. A literatura consultada evidencia que a manutenção de uma perspectiva educacional inspirada na transferência de tecnologia tem limitado o avanço das condições de produção e, por consequência, restringido a possibilidade de promover melhorias mais significativas e duradouras na qualidade de vida das comunidades rurais. Para ser efetivo em suas intervenções, agentes da extensão rural precisam, antes, aprender com o agricultor quais são seus receios, suas necessidades e expectativas, a organização da produção e a divisão de trabalho no interior da estrutura familiar.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; extensão rural; agricultura familiar.

ABSTRACT

Studies carried out in several countries reveal the relative failure of rural development initiatives undertaken mainly from the mid-1970s onwards. In this context, actions related to family farming were attributed to rural extension with the aim of promoting development in the countryside through an educational process with farmers. The

¹Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Montes Claros. Minas Gerais. Brasil. E-mail: gcfonseca@ufmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2503-1199>

occurrence of mismatches between the actions of extension organizations and the real needs of small-scale agriculture in different regions of the world is well documented in the scientific literature. The objective of this text is to discuss the main reasons why rural extension has been ineffective or has even produced results contrary to those desired in interventions with family farming. The literature consulted shows that maintaining an educational perspective inspired by technology transfer has limited the advancement of production conditions and, consequently, restricted the possibility of promoting more significant and lasting improvements in the quality of life of rural communities. To be effective in their interventions, rural extension agents first need to learn from the farmer what their fears, needs and expectations are, the organization of production and the division of labor within the family structure.

Keywords: regional development; rural extension; family farming.

Resumo Expandido recebido em: 02/02/2024

Resumo Expandido aprovado em: 25/11/2024

Resumo Expandido publicado em: 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2ianais.5274>

1 INTRODUÇÃO

Estudos realizados em diversos países revelam o relativo fracasso de iniciativas de desenvolvimento rural empreendidas desde meados dos anos de 1970 (Barlett, 1980; Ferguson; Hart 2001; 2002; 2009; Lohmann, 1994; Mcmichael, 2008; Palis, 2006; Watts, 1994). Tentativas de mitigar os efeitos sociais negativos das ondas de estímulo ao crescimento econômico das nações têm sido apoiadas em distinções binárias (como global e local, ativo e passivo, modernidade e tradição) que se prestam a simplificar a realidade nuançada dos “alvos” dessas ações (Goldman, 2005; Hart, 2001).

Iniciativas de desenvolvimento rural, em especial junto à agricultura familiar, foram atribuídas à extensão rural e o papel de especialistas conferido aos extensionistas. A extensão rural tem como objetivo promover um processo educativo que resulte na melhoria da qualidade de vida e das condições de produção dos agricultores. No entanto, e de maneira geral, a perspectiva educacional adotada é a de promover mudanças de “comportamentos” e de “visões de mundo” (Neves, 1998). As pessoas supostamente beneficiárias dessas diversas iniciativas tendem a figurar como uma “massa indiferenciada” (Ferguson; Lohmann, 1994) que acaba sendo

responsabilizada pela própria pobreza nos frequentes casos de fracasso de tais iniciativas.

O objetivo deste texto é discutir os principais motivos pelos quais a extensão rural tem sido ineficaz ou até mesmo tem produzido resultados contrários aos desejados em intervenções junto à agricultura familiar. A hipótese geral que orientou esta pesquisa foi de que o apoio dos extensionistas aos agricultores teria seu efeito reduzido pelo conhecimento limitado dos técnicos acerca da complexidade da produção familiar.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma revisão narrativa (CORDEIRO et al., 2007) para articular criticamente os termos centrais abordados no estudo, a saber: desenvolvimento, desenvolvimento rural, agricultura familiar, extensão rural e educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Desenvolvimento: a perspectiva de Gillian Hart

O discurso do desenvolvimento nos anos de 1970 focalizava a garantia do atendimento das “necessidades básicas” dos pobres da Ásia, África, América Latina e Oriente Médio, sob o lema da “redistribuição com crescimento” (Hart, 2002). Em se tratando de América do Sul, o Chile transformou-se em uma espécie de laboratório para as políticas econômicas do neoliberalismo e serviu também de berço para diversas ONGs. Essas organizações por um lado ajudavam a implementar as reformas neoliberais e por outro tentavam equalizar os efeitos destrutivos de tais reformas. No início dos anos de 1980, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil articularam-se e acabaram por contribuir para a queda dos regimes militares da Argentina, do Brasil e do próprio Chile (Hart, 2009).

Os anos de 1980 foram o período em que projetos nacionais voltaram à tona e formas neoliberais do capitalismo tornaram-se dominantes, acompanhadas pela agonia dos “ajustes estruturais” impostos aos pobres dos países endividados. As

prescrições de Washington para os ajustes estruturais incluíam austeridade fiscal, controle sobre a inflação, liberalização do capital e do comércio, privatização e restrição da regulação dos governos sobre produtos e mercados (Hart, 2001; 2009).

Na década de 1990, tanto apoiadores da política neoliberal como seus opositores declararam a morte do desenvolvimento. A renovação do neoliberalismo traria um novo conjunto de princípios que incluíam a proposição de tutela dos países ricos em relação às nações em crise que deveriam prezar pela participação popular e pela boa governança (Hart, 2001; 2009).

A virada do milênio trouxe de volta o desenvolvimento com nova agenda: uma indústria centrada no “capital social” em que a pobreza deveria ser vista não somente como falta de comida, moradia e outros bens materiais. Os pobres seriam também vítimas do medo, da falta de voz e de poder: males para os quais o pós-desenvolvimento prometia redenção (Hart, 2001). No núcleo dessa nova agenda desenvolvimentista estava a chamada “nova economia institucional”, que justificava intervenções do estado na economia para correção das “imperfeições de mercado”. Se por um lado a nova agenda mostrava essa face rigorosa, por outro trazia uma contraparte sociológica mais leve amparada pela retórica da valorização das relações sociais com que se buscava forjar um projeto de capitalismo mais simpático e gentil (Hart, 2002).

3.2 Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Essas ondas de estímulo ao crescimento econômico agravaram as desigualdades sociais também na agricultura, o que provocou tentativas de realizar reformas no meio rural. Ao relativizar a importância da agricultura dos diversos países a partir de indicadores de competitividade internacional, as políticas de desenvolvimento rural acabaram por agravar a precarização do trabalho rural e por incentivar as migrações para as cidades (Watts, 1994).

Tais equívocos, especialmente aqueles relacionados à produção em pequena escala, já haviam sido objeto de estudos no início do século XX, por Alexander Chayanov: economista e engenheiro agrônomo russo nascido em 1888, reconhecido por ter proposto uma teoria econômica apropriada às peculiaridades da agricultura

familiar. O funcionamento dessas organizações não inclui a categoria salários, já que a força de trabalho empregada no processo produtivo é a do proprietário dos meios de produção e de membros de seu núcleo familiar, assim como não se aplica a noção de preço, por se tratar de unidades que visam satisfazer necessidades da família. Logo, desapareceriam também as demais categorias dos sistemas econômicos vigentes. Ao propor sua teoria original, Chayanov, para além de construir um modelo de análise econômica, contribuiu para que se compreendessem processos internos às organizações familiares por meio de elementos que se mantêm, sob vários aspectos, surpreendentemente atuais (Abramovay, 1998; Chayanov, 1981; 1986; Wanderley, 1998).

A quantidade de produto do trabalho de uma unidade da agricultura familiar é determinada por variáveis como: o tamanho e a composição da família, o número de trabalhadores ativos, a produtividade e o grau de esforço empregado no trabalho. Essas características levam os agricultores a realizarem continuamente um balanço entre as necessidades de consumo do grupo familiar e a penosidade do trabalho. A partir do momento em que as demandas dos integrantes do núcleo familiar são satisfeitas, cada parcela de resultado adicional será avaliada em função do esforço necessário para que seja produzida. Como resultado dessa avaliação, é possível que os trabalhadores optem por abrir mão de eventual produto adicional em favor de menor esforço no trabalho (Abramovay, 1998; Chayanov, 1981; 1986; Wanderley, 1998).

No caso de um filho em crescimento que começa a produzir junto à família, há o deslocamento de um indivíduo da condição exclusiva de consumidor para outra de consumidor/produtor. Se por um lado a produção aumenta com essa força de trabalho adicional, por outro esse indivíduo também passa a apresentar necessidades diferentes, sejam elas de consumo de alimentos, de bens ou de serviços. A constatação dessa denominada “diferenciação demográfica” repercute também em outros aspectos como na flutuação da área cultivada que, por sua vez, modifica a produtividade. Essa dinâmica torna complexa a determinação familiar do ponto de equilíbrio entre trabalho e produção, exigindo decisões pontuais e flexíveis, a partir de um conjunto de variáveis que ganham ou perdem importância, a depender da situação específica (Abramovay, 1998; Chayanov, 1981; 1986; Wanderley, 1998).

3.3 Extensão rural como instrumento para o desenvolvimento

Na contramão dessa complexidade da produção familiar – detalhadamente documentada por Chayanov ainda no início do século XX – o modelo difusionista de Everett Rogers inspirou, a partir da segunda metade dos anos de 1960, abordagens adotadas pela extensão rural que privilegiavam a transferência de tecnologia (Rogers, 2003). Nesses modelos, cientistas e técnicos determinavam as prioridades de inovação – que eram desenvolvidas em laboratórios ou centros de pesquisa – para serem então difundidas por meio de extensionistas para agricultores familiares (Chambers; Pacey; Thrupp, 1989).

Um aprofundamento da abordagem de transferência de tecnologia aconteceu na segunda metade dos anos de 1970, quando o Banco Mundial formalizou um sistema de extensão rural denominado “Treinamento e Visita”, numa tentativa tornar o trabalho dos extensionistas mais previsível e facilmente controlável. Apoiado pelo poder conferido ao banco de determinar condições para realizar empréstimos, o sistema foi introduzido de forma rápida e abrangente no Terceiro Mundo (Chambers, 1997). A implantação coincidiu, por assim dizer, com a chamada “Revolução Verde”, que tinha como objetivo difundir o uso de sementes híbridas de milho, trigo e feijão desenvolvidas no México – com o financiamento da Fundação Rockefeller – e nas Filipinas, Nigéria e Colômbia, sob o patrocínio da Fundação Ford. A Revolução Verde foi também o meio pelo qual indústrias de petróleo e de energia dos Estados Unidos introduziram seu modelo de agricultura química. Essas novas sementes híbridas, embora gerassem maior produtividade que as sementes convencionais, eram altamente dependentes de proteção contra pestes e doenças. Além disso, elas demandavam fertilização e irrigação intensivas para que pudessem realizar seu potencial de produção.

Portanto, estavam dados três elementos de um plano de conformação da extensão rural que tinha como alvo países em desenvolvimento: 1) A disponibilidade de um pacote tecnológico de alto custo composto por sementes híbridas que asseguravam produtividade elevada mediante utilização de defensivos e fertilizantes químicos; 2) A oferta de financiamento que viabilizava a aquisição dessas inovações, num contexto em que o desenvolvimento empunhava a bandeira do atendimento das

necessidades básicas das populações e da redistribuição de riquezas com crescimento e 3) Um modelo de serviço de extensão rural – associado à concessão dos empréstimos – que propunha garantir acompanhamento técnico especializado e contínuo que viabilizasse a correta implementação do pacote tecnológico disponibilizado (McMichael, 2008).

3.4 Extensão rural e educação: encontros e desencontros

No Brasil, também na segunda metade dos anos de 1970 – mesmo período em que o Banco Mundial formalizava o sistema de “Treinamento e Visita” –, criaram-se empresas públicas estaduais de extensão rural vinculadas às secretarias de agricultura e alinhadas ao modelo difusionista proposto por Rogers.

Paulo Freire dedicou uma de suas obras para discutir o problema da comunicação entre extensionistas e agricultores, que impedia a realização do papel educacional atribuído à extensão rural (Freire, 1971). O autor apontava, ainda, outras contradições associadas ao caráter de propaganda de que se revestiam as “ações educativas”, quando extensionistas assumiam o papel de difusores de tecnologia para persuadirem agricultores a aplicar tais novidades.

Como alternativa àquele modo de operar da extensão rural, o autor propôs o estabelecimento de uma relação mais simétrica entre esses sujeitos, o que exigiria o reconhecimento por parte do extensionista de que as técnicas agrícolas não são estranhas aos agricultores. O processo de aprendizagem aconteceria, portanto, por um caminho de mão dupla pavimentado por uma comunicação genuína.

No entanto, o saber tradicional do agricultor é usualmente visto pelo extensionismo como um entrave à inovação e como motivador de uma atitude conservadora de “resistência à mudança”. Sob essa perspectiva, o conhecimento dos agricultores – de ordem tácita por ser baseado em sua prática ou no assim denominado “senso comum” – deveria ser eliminado e substituído pelo conhecimento científico. Para Gramsci (1999), o mérito do senso comum é justamente que – dentre uma gama de opções – ele ajuda a identificar a “causa exata, simples e acessível, e não se deixa distrair por uma linguagem rebuscada e pseudoprofunda ou por uma lorota metafísica pseudocientífica” (Gramsci, 1999, p. 663).

Em outras palavras, a extensão rural é estruturada como se os extensionistas fossem “a fonte” de aprendizagem para os agricultores. Ocorre que aprendizagem não é sinônimo de instrução, não é simplesmente transferência e assimilação (Lave; Wenger, 2011), já que “recursos estruturais para aprendizagem vêm de uma variedade de fontes, não exclusivamente da atividade pedagógica” (Lave; Wenger, 2011, p. 94). Não é simplesmente por estar no mundo ou por mera justaposição que o ser humano estabelece relações com a natureza e com outros indivíduos, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. Essas relações não acontecem mecanicamente, mas de forma ativa e consciente (Gramsci, 1999).

Para promover o processo ensino-aprendizagem como parte da prática social em comunidades rurais é preciso, portanto, abandonar o foco restrito na estrutura pedagógica – no caso, aquela da extensão rural – como “a fonte” do conhecimento. Urge compreender a prática dos agricultores de maneira mais ampla, tanto dentro quanto fora de suas comunidades. É preciso observar não “a pessoa” ou “o mundo” separadamente: a tarefa é observar um por meio do outro, no que diz respeito ao outro, em uma relação dialética (Lave, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão rural tem sido objeto de críticas, principalmente em relação à manutenção de uma perspectiva educacional inspirada na transferência de tecnologia, em que extensionistas assumem o papel de detentores do conhecimento e atribuem aos agricultores o lugar de meros receptores de conteúdo. A superação das dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais depende em parte de um serviço de extensão que considere a complexidade da produção familiar e da forma de vida do agricultor. Se o extensionista quiser ser efetivo e fazer com que seu conhecimento seja incorporado à prática no campo, ele precisa, antes, aprender com o agricultor quais são seus receios, suas necessidades e expectativas, a organização da produção e a divisão de trabalho no interior da família. Somente assim, acredita-se, uma nova técnica poderá se mostrar adequada às realidades da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 69-74, 1998.
- BARLETT, P. Cost-benefit analysis: a test of alternative methodologies. In: BARLETT, P. (Ed.). **Agricultural decision making**: anthropological contributions to rural development. New York: Academic Press, 1980. p. 137-160.
- BARLETT, P. **Whose reality counts?** Putting the first last. London: Intermediate Technology Publications, 1997.
- CHAMBERS, R; PACEY, A.; THRUPP, L. (Ed.). **Farmer first**: farmer innovation and agricultural research. London: Intermediate Technology Publications, 1989.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.; STOLCKE, V. (Org.) **A questão agrária**. Tradução de Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla, José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.
- CHAYANOV, A. **The theory of peasant economy**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1986.
- CORDEIRO, A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.
- FERGUSON, J.; LOHMANN, L. The anti-politics machine: “development” and bureaucratic power in Lesotho. **The Ecologist**, v. 24, n. 5, p. 176-181, 1994.
- GOLDMAN, M. The birth of a discipline: producing environmental knowledge for the world. In: GOLDMAN, M. **Imperial nature**: the World Bank and struggles for social justice in the age of globalization. New Haven: Yale University Press, 2005. p. 151-180.
- GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks**. Edição e Tradução de Quentin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. London: ElecBook, 1999.
- HART, G. D/developments after the meltdown. **Antipode**, v. 41, n. S1, p. 117-141, 2009.
- HART, G. Geography and development: development/s beyond neoliberalism? power, culture, political economy. **Progress in Human Geography**, v. 26, n. 6, p. 812-822, 2002.
- HART, G. Development critiques in the 1990s: *culs de sac* and promising paths. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 4, p. 649-658, 2001.

LAVE, J. **Everyday life and learning**. Palestra proferida na Universidade da Califórnia, Berkeley, 03 nov. 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FAYs46icCFs>. Acesso em: 01 fev. 2024.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. New York: Cambridge University Press, 2011.

McMICHAEL, P. **Development and social change**: a global perspective. 4 ed. Los Angeles: Pine Forge Press, 2008.

NEVES, D. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 147-168.

PALIS, F. The role of culture in farmer learning and technology adoption: a case study of farmer field schools among rice farmers in central Luzon, Philippines. **Agriculture and Human Values**, v. 23, p. 491-500, 2006.

ROGERS, E. **Diffusion of innovations**. 5 ed. New York: Free Press, 2003.

WANDERLEY, M. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49.

WATTS, M. Development II: the privatization of everything? **Progress in Human Geography**, v. 18, n. 3, p. 371-384, 1994.